



Da Aula Aberta à Universidade Aberta: Reflexões sobre Saúde Mental, Arte & Território

From Open Classes to Open University: Reflections on Mental Health, Arts & Territory

Reflexões sobre Saúde Mental, Arte & Território

Jaquelina Maria Imbrizi¹, Maria Inês Badarô Moreira², Fernando Sfair Kinker³

Resumo

A proposta deste artigo é refletir teoricamente sobre o uso não convencional do espaço da universidade para uma atividade denominada Aula Aberta em Saúde Mental. Para isso, apresentamos o histórico desta atividade e analisamos o evento que ocorreu em 2015. Nesta análise, visamos refletir sobre as relações entre cuidado em saúde, arte e território. Assim, pudemos avançar nas seguintes compreensões: 1. A arte pode ser disparadora de questões dirigidas ao sujeito. 2. A arte é política enquanto interfere nos espaços de coexistência na cidade. 3. A arte é manifestação cultural que possibilita a formação de sujeitos mais abertos aos diversos modos de vida. 4. A arte pode ser participação que convida o sujeito a profanar o sagrado. 5. A arte pode ser artifício que rompe com espaços hierarquizados. 6. A arte é terreno fértil para a produção de novos sentidos para o sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Saúde mental. Arte e território. Ensino.

Abstract

This article proposes a theoretical reflection on the unconventional use of university space for an activity called Open Class on Mental Health. For that purpose, we present the history of this activity and analyze the event that occurred in 2015. In this analysis, we intend to reflect on the relationship between health care, art and territory. Thus we made progress on the following understandings: 1. art may be a trigger of issues for the subject; 2. art is politics, inasmuch as it interferes in spaces of coexistence in the city; 3. art is a cultural manifestation which allows the formation of subjects more open to different ways of life; 4. art may be a participation which invites the subject to desecrate the sacred; 5. art may be a device that breaks apart hierarchical spaces; 6. art is fertile ground for the production of new meanings regarding mental suffering.

Keywords: Mental health. Arts and territory. Education.

¹ Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, Brasil. E-mail: jaque.imbrizi@gmail.com

² Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, Brasil. E-mail: mibadaro@gmail.com

³ Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, Brasil. E-mail: fernando.kinker@gmail.com

O Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, implantado em 2005, oferece seis cursos de graduação na área da Saúde: Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional e Serviço Social. A inovação do Projeto Político Pedagógico (PPP) está no fato de que a organização das atividades de ensino rompe com a formação específica de determinado perfil profissional e prioriza a formação interdisciplinar para a atuação interprofissional no Sistema Único de Saúde (SUS) e na assistência social (Unifesp, 2006).

Nesse processo são valorizadas as experiências partilhadas entre as diferentes áreas de conhecimento. Essa abertura para a interdisciplinaridade é um campo fértil para a produção de um clima cultural propenso para a inserção da arte nos processos de formação dos estudantes nesse *campus*. Há, portanto, espaço para a articulação entre as atividades de ensino, extensão e pesquisa – como as que apresentamos aqui – que incluem a abertura para ações na cidade, o uso inusitado dos espaços da universidade, as atividades artísticas, as intervenções em espaços públicos e a inserção das manifestações culturais na produção de conhecimentos.

A proposta deste artigo é refletir teoricamente sobre o uso não convencional do espaço da universidade para uma atividade denominada Aula Aberta em Saúde Mental. Para isso, em uma primeira etapa, apresentamos o histórico dessa atividade que acontece, desde 2010, nos espaços da universidade. Em uma segunda

etapa do texto, apresentamos e analisamos a atividade ocorrida no fim de 2015, que ocupou o saguão do prédio principal, um lugar de passagem e aberto a toda a comunidade acadêmica (diferentemente de um auditório fechado). Nesta análise, visamos produzir reflexão conceitual sobre a proposta de “aula aberta” de modo a enfatizar experiências que propiciam a participação de diferentes atores sociais na produção de conhecimentos que articulem arte, cuidado em saúde e intervenções no território.

1 O Histórico da Proposta Aula Aberta em Saúde Mental

A constituição de espaços de aulas abertas deu-se em contexto de ampliação de acesso ao ambiente acadêmico por diferentes populações e à coprodução de conhecimentos e saberes advindos da experiência de viver o sofrimento psíquico. A primeira dessas aulas objetivou a comemoração do Dia Internacional da Saúde Mental e ocorreu em 18 de maio de 2010, e contou com poucos alunos, alguns usuários, dois profissionais de serviços e três professores: foi um evento mobilizador para o reconhecimento de parcerias futuras bastante profícuas, que veio a se concretizar durante os posteriores.

Os encontros subsequentes estruturaram-se de modo mais abrangente, trazendo um público maior e com outros participantes parceiros dessa proposta. Assim se buscou, a partir do espaço universitário, incrementar e desenvolver lugares de diálogo e convívio entre usuários, familiares, trabalhadores das redes de serviços abertos da

Baixada Santista, representantes de movimentos sociais, estudantes, professores e técnicos.

No ano de 2011, nossa proposta foi favorecer o debate acerca do laço social. O Laboratório de Produção de Conhecimento Compartilhado em Saúde Mental, que desenvolve ações e estudos no campo da reforma psiquiátrica, encampou esse tema na busca de novas sociabilidades para a emancipação de pessoas que vivem em sofrimento psíquico (Moreira, Campos-Braga & Kinker, 2016). Além da comemoração do Dia Internacional da Saúde Mental, foi lançado o livro *Poemas entre-laçados* com contribuições de diferentes pessoas. Nesse dia, pudemos contar com a aula de Antonio Lancetti, que contribuiu sobremaneira para dar sustentação a essa aliança e articulação da Universidade com os serviços de saúde da cidade de Santos. Cabe destacar também que nesse ano o Brasil comemorava os 10 anos da Lei nº 10.216/01, que dispôs sobre o fim do tratamento asilar para a saúde mental e reafirmou os direitos de cuidados comunitários para as pessoas com sofrimento psíquico.

A aula aberta denominada Entre-Laços: Saúde Mental & Arte, que ocorreu em 2014, trouxe para a cena principal a temática do uso dos recursos artísticos e expressivos na atenção psicossocial. A aula teve como objetivo debater a importância da temática das oficinas de arte no plano terapêutico de usuários de serviços de saúde mental, com a participação deles, inclusive. Foi também a oportunidade de debater sobre os projetos de estágio e extensão que ocorriam nos serviços dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade

de Santos e de outros serviços voltados ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A aula aberta dialogada foi conduzida por Florianita Braga e constituiu-se como um importante momento de uma reunião devolutiva sobre os resultados da parceria entre a universidade e os equipamentos de saúde. Em seguida, houve o lançamento do livro *Pague para ler e reze para esquecer*, de Edson de Castro, um usuário de um dos CAPS da cidade construído dentro das ações do projeto de estágio do Curso de Psicologia. Ao final, houve leitura de poesias e a sessão de autógrafos, além de muita música. Ações realizadas e compartilhadas por usuários de serviços, alunos e professores.

No fim do ano de 2015, ocorreu a aula aberta Saúde Mental, Arte & Território, que suscitou o debate sobre a temática do uso de recursos artísticos e culturais na atenção psicossocial em busca de ações territoriais. Esse evento possibilitou a construção de amplo diálogo entre quatro projetos, dois de extensão e dois de estágio, alicerçados no compromisso de articular ensino, pesquisa e extensão.

Para os fins deste artigo, apresentaremos brevemente os projetos referenciados e que são o sustentáculo das aulas abertas, para então detalhar a experiência da aula aberta que ocorreu no ano de 2015 acompanhada das articulações teórico-conceituais e dos autores que têm nos ajudado a refletir sobre as relações entre cuidado em saúde, arte e território e também a fortalecer e potencializar modos de pensar-fazer novas

atividades em ensino, pesquisa e extensão no âmbito de uma universidade pública federal.

2 Reflexões sobre a Experiência da Aula Aberta Saúde Mental, Arte e Território no Ano de 2015

As atividades desse ano foram distribuídas ao longo do dia inteiro, com três períodos de atividades. A aula aberta teve início com o convite para que os usuários apresentassem sua contribuição em forma de textos, poesias, músicas, *performances* e falas improvisadas, de modo a valorizar o conhecimento e a participação desses atores. Houve a apresentação das professoras, extensionistas e estagiários e estagiárias de quatro projetos. Em todas as exposições houve a participação do público nas atividades. Um professor mediador debateu os temas apresentados.

Podemos afirmar que o método utilizado nas Aulas Abertas em Saúde Mental foi o de produzir uma abertura dialógica entre os saberes emergentes e sua valorização no âmbito acadêmico, buscando congrega e valorizar o saber comum dos cidadãos e universitários em torno do qual se produza conhecimentos que valorizem a experiência de populações que estão excluídas do espaço universitário (Santos, 2005). Assim, as atividades de extensão podem produzir transformações na universidade no sentido de ampliar sua interação com a comunidade em geral e de abrir as suas portas para os diferentes saberes periféricos.

Como parte dessa metodologia, os participantes dos projetos puderam ocupar o lugar de quem tem, produz conhecimento e fala sobre as

questões que ali estavam sendo debatidas. No desenrolar das atividades, foi oferecido um lanche coletivo para todos os participantes. O período da tarde foi encerrado com uma intervenção teatral de um grupo composto por estudantes e moradores de rua. As atividades culminaram em um evento noturno com o lançamento do livro *Contrafissura e plasticidade psíquica* (Lancetti, 2015). Na ocasião, o autor retomou a importância da cidade de Santos no processo de desinstitucionalização, ao rememorar a experiência de intervenção na Casa de Saúde Anchieta como precursora da abertura de serviços comunitários no âmbito da reforma psiquiátrica brasileira.

Cabe destacar que a data de dezembro de 2015 era propícia para refletir sobre os desafios e os riscos atuais no campo da saúde mental, pois coincidiu com a exoneração do coordenador nacional de saúde mental e sua substituição por um profissional avesso às questões da reforma psiquiátrica.

Apresentamos, na sequência, os quatro projetos de extensão e de estágio e as reflexões que emergiram dessas experiências de produção de conhecimentos.

2.1 Projetos de estágio e extensão com usuários de CAPS: uma ação em direção ao território

O projeto de estágio *Práticas desinstitucionalizantes no campo da saúde mental* (Moreira, 2010) tem como objetivo inserir o aluno nessa área, tendo em vista os desafios de construir um plano de cuidados, promoção de saúde e expansão da vida em articulação com ações no território a partir das

experimentações em dois CAPS na cidade de Santos. Essa perspectiva está em consonância com os preceitos da reforma psiquiátrica brasileira, tendo como referencial teórico-prático e inspiração a desinstitucionalização italiana a partir dos ideais de Basaglia (2005).

Como método para alcançar esse objetivo, os estagiários mapearam o território de referência dos serviços orientada por uma perspectiva de compreensão da geografia humana de Milton Santos (1988, 2006) e da necessidade de conhecer e potencializar novos territórios existenciais dos envolvidos. Nesse mapeamento, foi possível perceber como os pontos da rede de atenção psicossocial se comunicam com equipamentos culturais. A partir dessa etapa, os estagiários foram paulatinamente se inserindo na dinâmica dos serviços, envolvendo-se em atividades em andamento, conhecendo novas demandas e configurando o desenho dos planos de ações que foram debatidos, negociados com as equipes e implantados.

Ao conhecer os limitados espaços de trocas dos envolvidos, puderam ser revelados três elementos fundantes da necessidade de intervenção no território: o isolamento referido pelos usuários quando supervalorizam o CAPS como único lugar de encontro e trocas sociais, o (não) lugar para a loucura na cidade e o desejo de conhecer e ocupar novos territórios. Essa tríade constituiu-se como pilar das ações que chegaram à aula aberta, seja como relatos, seja como experimentações.

O projeto de extensão *Trajetórias: protagonismo dos usuários no processo ensino-aprendizagem*

em saúde mental (Moreira, 2014) nasceu como resultado da inserção de usuários de serviços de saúde mental em projeto de pesquisa participativa-emancipatória com processo formativo em cidadania e saúde mental. Atualmente conta com a participação de usuários-colaboradores de vários CAPS da Baixada Santista, profissionais de diferentes serviços das cidades de Santos, Diadema e São Paulo, além de alunos da graduação e pós-graduação.

O objetivo dessa proposta é promover grupos de encontros temáticos para circulação entre o conhecimento acadêmico e o saber advindo da experiência. O trabalho revelou os diversos direitos fundamentais que estavam sendo negados ou retirados dos usuários. Com isso, eles foram convidados a emprestar seu olhar sobre a rede psicossocial e sobre os desafios do cotidiano e também mostraram a possibilidade de contribuir na produção de conhecimento sobre os impasses atuais de pessoas que vivenciam situação de sofrimento psíquico intenso. Assim, foi possível promover trocas de saberes sobre saúde mental e cidadania a partir do protagonismo de usuários inseridos em plano de ações de ensino-aprendizagem em saúde. Acima de tudo, pode-se constatar que se proporcionou novos espaços para o convívio e a produção de relações sociais; definir e concretizar estratégias de inclusão de usuários de serviços de saúde em diferentes espaços da vida acadêmica e em diferentes lugares da cidade (Moreira, 2017).

Os projetos de estágio e de extensão se alicerçam na perspectiva da desinstitucionalização

italiana: defendem a complexidade do sofrimento psíquico, da própria vida e do sentido do cuidar que deve ser desenvolvido de tal forma a não abandonar uma pessoa a si mesma, mas também precisa evitar a imposição de desejos e objetivos que não pertencem ao sujeito que está sendo cuidado (Rotelli, 1990). As ações e intervenções ocorrem no sentido de buscar uma ruptura com os pressupostos ontológicos que concebem a saúde como sinal de estabilidade e o sofrimento psíquico em sua negatividade ou falta. Ambos propõem um fazer clínico direcionado para uma produção de viver e de sentir, a partir de ressignificações, convivências dispersas e construções de novas sensibilidades em articulação com o campo da arte e cultura em geral, sendo assim, “a verdadeira desinstitucionalização será então o processo prático-crítico que reorienta instituições e serviços, energias e saberes, estratégias e intervenções em direção a este tão diferente objeto” (Rotelli, 1990, p. 91).

Para romper definitivamente com as duras instituições constituídas sobre a hegemonia do saber médico, a experiência italiana ensina que é necessário construir uma prática terapêutica com a participação de diferentes protagonistas, sejam eles artistas de vários campos, pessoas a compartilhar culturas, poetas, pintores, pessoas do cinema, sejam jornalistas, inventores de movimentos em prol da vida, e unir a força da juventude, produzir espaços de encontro, de convívio, jogos, palavras, espaços, máquinas, recursos, talentos, sujeitos plurais que possibilitam novas sociabilidades. Ações que podem ser compreendidas como empréstimo de poder contratual, com ampliação de espaços de

trocas de bens, mensagens e afetos (Kinoshita, 2001).

Nesse sentido, a ação clínica é indissociável da política, na medida em que afasta do modelo simplificador para defender a complexidade da vida humana, trazendo para a centralidade de nossa intervenção o sujeito que nos interessa: o sujeito em sua vida concreta e cotidiana. Para Basaglia (1982), há um importante papel político de todo trabalhador de saúde mental que está no otimismo da prática em busca de encontrar uma solução de compromisso com a vida e com a transformação a partir da esperança. Assim, o autor defende que o trabalho técnico é sobretudo um fazer político, uma vez que leva a pessoa a tomar consciência das contradições que vivencia e “criar um novo código para que possa entender as coisas” (p. 35).

Nessa perspectiva é que os recursos artísticos nos interessam, como artifícios, como um meio de romper com espaços hierarquizados e jogos de poder que subjugam usuários e definem quem tem o saber sobre o sofrimento psíquico. Os usos desses recursos na mediação de encontros podem ser compreendidos como espaços para ressignificar a dor, dar novos nomes, inventar novas palavras, construir terrenos férteis para a invenção de sentidos para o sofrimento psíquico.

2.2 Os projetos de estágio e extensão e as oficinas com moradores em situação de rua: a arte e os regimes de visibilidade

O projeto de estágio *A arte como fato da cultura: a produção de tecnologias afirmativas, criativas e participativas no cuidado entre sujeitos* (Imbrizi, 2014)

tinha como objetivo ofertar um espaço de formação no qual os estudantes pudessem analisar e intervir nas relações do sujeito com a sociedade e a cultura, com vistas a atividades socioeducativas e de cuidado em saúde. A arte é priorizada nas intervenções, seja na oferta de oficinas, seja por meio de visitas aos pontos culturais da cidade. O público-alvo das atividades de estágio são os aposentados vinculados ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos (Sindserv).

Na aula aberta em saúde mental, os estagiários apresentaram as fotos e discutiram as atividades realizadas durante o ano letivo de 2015. Na apresentação, foi valorizado o fato de haver uma proposta de intervenção na cidade que tem produzido efeitos que vão na contracorrente de certa tendência de isolamento dos idosos de ambos os sexos e apontam para a importância da ocupação dos espaços públicos e culturais da região da Baixada Santista por essa população. Foram realizados levantamentos dos pontos culturais dessa região e escolhidos os mais pertinentes para a visita dos idosos, sempre acompanhados pelos grupos de estagiários.

Dessas experiências foi possível considerar que o acesso à cultura ajuda o não esquecimento de si. Assim, ao apropriar-se dos espaços culturais da cidade, o idoso apropria-se de sua própria história. Em muitas das atividades do estágio foi possível: 1. Problematizar qual é o lugar dos idosos na cidade. 2. Contrariar uma tendência de isolamento das pessoas em processo de envelhecimento que, muitas vezes, estão limitadas a um convívio familiar

restrito e, eventualmente, à solidão. 3. Propiciar a convivência intergeracional entre estagiários de ambos os sexos dos cursos de Psicologia, o preceptor do serviço, o psicólogo e a supervisora da universidade e os idosos. 4. Incentivar a participação e criatividade dos idosos no planejamento das atividades propostas. 5. Desconstruir o esquema hierárquico no manejo de atividades. 6. Questionar algumas expectativas sociais e até alguns preconceitos relacionados à velhice, segundo os quais, muitas vezes, essa fase da vida é vista como uma etapa de “preparação para a morte” – ao contrário disso, o que tem sido produzido nas atividades de estágio é vitalidade e vontade de produzir cultura com essa população.

Dessa maneira, um dos desdobramentos das atividades realizadas foi a criação do grupo Projetos de Vida, cujo objetivo foi discutir o tema da “bela velhice” (Goldenberg, 2013), com vistas à construção de um projeto de vida, com cada participante, que valorizasse a liberdade, o tempo livre, o futuro, a criatividade, as produções culturais e artísticas e o desejo de participar de um coletivo.

É possível afirmar que essa proposta de estágio, ao oferecer oficinas culturais e de produção artística e convidar os idosos e as idosas para o convívio geracional e intergeracional e para a ocupação da cidade, está em consonância com os movimentos sociais que criticam o modelo asilar de cuidado em saúde. As pesquisas de Amarante, Freitas, Nabuco e Pande (2012) têm apontado o movimento pelo qual as oficinas cada vez mais transbordam dos espaços especializados para aqueles vinculados aos projetos culturais na cidade

e extravasam da ênfase em uma terapêutica centrada na doença e na cura para a valorização dos processos de criação e invenção de modos de vida.

Ou seja, são práticas e investigações que se conectam com a ideia de que “as atividades de arte e cultura no território, ao favorecerem transformações de padrões de convivência com a diferença, são também produtoras de fatos de cultura” (Galvanese, Nascimento & D’Oliveira, 2013, p. 365). Portanto, estamos em consonância com o pressuposto de que a saúde está articulada às trocas sociais e ao acesso e à circulação pelo mundo da cultura, pois é [...] algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o qual todos, indivíduos e grupos, podem contribuir e do qual todos deveriam ter o direito de usufruir (Lima, 2012, p. 50).

É nessa direção que se insere o projeto de extensão *Arte, cultura e sociedade* (Imbrizi, 2014), que visa entrelaçar os conhecimentos produzidos na universidade e as manifestações culturais e atividades artísticas que acontecem nos territórios da cidade. Trata-se de estabelecer uma aproximação entre as pessoas da universidade e aquelas que habitam os pontos de cultura (oficiais e não oficiais) e, dessa forma, produzir certa visibilidade de modos de vida que são excluídos da comunidade acadêmica e até de alguns espaços de circulação da cidade. Nas atividades do projeto, os extensionistas produziram narrativas de história de vida dos artistas da cidade de Santos e imediações. Dessa forma, tratou-se de cartografar o processo de criação e invenção de modos de existência. Hack, Raniere e Maraschin (2013), interessados nas pesquisas que cartografam

os processos de criação artística, afirmam que é necessário priorizar a elaboração de perguntas que acompanhem um processo e que, por isso, devem estar pautadas pelo *know-how*. Ou seja, a ênfase deve ser dada a como o artista experimenta a arte e compartilha um saber sobre “como faz” e “como é seu fazer cotidiano”. Trata-se de localizar um modo de pensamento da arte e um modo de pensar que a arte provoca (Rancière, 2009).

Na exposição dessas atividades na aula aberta, três estudantes apresentaram o projeto de extensão e distribuíram trechos das quatro narrativas de vidas artísticas e, na sequência, convidaram o público a descobrir a qual artista pertencia aquela parte da história: 1. O ator e fundador do Teatro do Kaos, que oferece oficinas de teatro para jovens das escolas públicas da cidade de Cubatão. 2. A arte-educadora que incorpora a personagem Maria do Lixo e oferece oficinas de reciclagem para crianças em instituições escolares. 3. A bailarina que criou o projeto *Cantores do rádio*, que convida idosas e idosos para dublar e incorporar antigos cantores de rádios brasileiras. 4. A diretora que coordena oficinas de teatro com pessoas em situação de rua.

O que aprendemos sobre arte nessas quatro narrativas produzidas no projeto de extensão? Trata-se de uma arte espreada, que não se limita ao Eu do artista e visa a um movimento de ampliação em direção ao outro, ao cotidiano e à cidade. A arte que emergiu foi o teatro, as oficinas de teatro e as *performances* dos cantores do rádio que, por meio de seus atores e facilitadores, surgem como modo de intervenção no cotidiano da cidade.

O que aprendemos sobre os modos de vida desses artistas? Eles são sujeitos comuns e interferem no cotidiano de muitas pessoas. Seus processos de criação aproximam arte e vida e engendram regimes de visibilidade que questionam o estabelecido e os modos hegemônicos de existência. São vidas artísticas que partilham o sensível ao distribuir sua arte para as pessoas que ocupam a cidade, para os idosos e para as crianças nas escolas, inclusive para aquelas que ocupam territórios infames: moradores de rua, jovens das periferias da cidade, loucos etc. Trata-se também de empreender um pensamento-sensível no qual “onde há obra, não há loucura” (Melo, 2011).

Quatro artistas com vidas tão diferentes, mas todos com algo em comum: o reflexo de seus trabalhos em um coletivo, em uma comunidade. São vidas artísticas que fazem uma arte política, interferem nos modos de convivência das pessoas no território e subvertem as relações entre o visível e o dizível. O filósofo Jacques Rancière (2010) faz referência aos regimes de visibilidade na sociedade contemporânea e afirma a importância do universo da arte pública, a arte que se inscreve na paisagem da cidade e da vida em comum – uma arte que intervém em lugares mais ou menos marcados pelo abandono social e pela violência e que age modificando a paisagem da vida coletiva no sentido de restaurar uma forma de existência social. A arte é política enquanto cria outros regimes de visibilidade para aquém e além dos modelos hegemônicos e dá voz às vidas silenciadas pela opressão social (e policial) e pelo sofrimento indizível.

É dessa ação de extensão que surgiu o projeto *Oficinas de teatro com pessoas em situação de rua e estudantes da Unifesp* (Duarte, Delfin, Tornatore & Imbrizi, 2015), escrito pelo coletivo de estudantes/extensionistas em parceria com a artista Maria Tornatore e os autores, cujas atividades ocorreram de setembro a dezembro de 2015. Ao término dos três meses de oficinas, o grupo criou uma *performance* teatral sobre uma releitura da encenação sobre o nascimento de Jesus. A apresentação aconteceu como encerramento das atividades do período da tarde da aula aberta do referido ano. O que chamou a atenção foi que a intervenção com temática natalina produziu certo embaralhamento de papéis e identidades, pois era difícil distinguir os atores, os estudantes e os moradores de rua, que no final ofereceram um pequeno pacote que simbolizava um presente para cada um dos expectadores. Produziu-se certo desconforto, pois aqueles considerados como os que não têm nada para oferecer foram os que estavam com as mãos cheias de objetos e escritos que foram oferecidos ao presentear o público ao final da encenação.

No que diz respeito à população em situação de rua, entendemos que esse projeto de oficinas e a realização dessa aula aberta foram importantes por propiciar a inserção desses sujeitos no espaço da universidade pública, cujo *campus*, embora alocado em uma região de certa vulnerabilidade social e abandono do poder público, realiza poucas trocas com seu entorno, onde se concentram muitas pessoas em situação de rua. Entendemos também que a proposta se mostrou

interessante para a própria comunidade acadêmica do *campus* que pôde ter acesso a uma vivência do teatro e ter contato e intercâmbio de afetos com os moradores de rua, o que constitui uma experiência de vida e de formação profissional.

2.3 Reflexões sobre a aula aberta: a arte como um convite à participação

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (Agamben, 2009, p. 58)

Debord (2000) e os situacionistas tinham uma forma muito peculiar de entender a arte. Para eles, ao contrário da pura contemplação passiva, a arte deveria ser vivida de forma ativa, arte como participação.

Ora, o que pode significar isso num percurso histórico em que se caminhou da erudição da arte para as formas massivas da indústria cultural, constituída por pastiches (Jameson, 1996) e clichês? E o que dizer da alucinante experiência comunicativa das redes sociais, que tem produzido tantas vivências empobrecidas e outras ricas em termos de originalidade? E como os grupos historicamente subalternizados podem se apropriar

e participar da trajetória da arte, coproduzindo seus sentidos? Essas são algumas questões a que nos remetem as experiências dos projetos de extensão e estágio relatados, que possibilitam a interação de grupos historicamente excluídos tanto do contato com a arte quanto do contato com o conhecimento científico.

A arte pode ser transformadora? Talvez, se ela propiciar mudanças nos fluxos de poder e de saber e, conseqüentemente, novos processos de subjetivação. A experiência da criação artística engendra em si algo como uma metamorfose nas trocas entre os elementos que compõem a vida. Talvez, nos processos criativos, algo saia do lugar. Ou seja, talvez o que se viva com o processo de criação artística seja o embaralhamento das identidades ou das ilusões de identidade.

Por certo, isso é algo herético para a razão cartesiana, que acredita que o pensar vem antes do existir. Na complexidade dos encontros e da produção do saber da vida (Morin, 2002), a disjunção e a separação são superadas pela união e fundição da cognição com a sensibilidade, da arte com a pesquisa científica, da loucura e do louco com o conhecimento acadêmico, da arte do museu com a intervenção peculiar da dona de casa e do idoso que nunca viveu nem se submeteu às regras da contemplação artística, esta que tem suas regras, seus bons modos, seu protocolo, e que historicamente impediu que os espectadores fruissem de fato dos objetos artísticos, sendo dominados por eles e pelos filtros que os interpretam. Isso se dá porque, talvez, a fruição da arte só possa ocorrer pelo estranhamento e não pela

explicação racional, por aquele processo que Agamben (2009) tão bem relatou quando tratou do verdadeiro contemporâneo, aquele que não combina com seu tempo e, por isso, consegue entendê-lo muito mais que os outros.

Entendendo assim a arte, como participação a contrapor-se à subalternidade da contemplação regulada e regulamentada, podemos estender a compreensão do objeto artístico para a vida, transformando a própria construção da vida num objeto de arte.

Sem dúvida precisamos estar juntos daqueles que sofrem psiquicamente, para que novas cenas sociais e existenciais transformem a dor. Entretanto, defendemos que precisamos aprender com eles como se armam de coragem para o enfrentamento do mundo estabelecido. Esse colocar-se fora pode ser a chave para transformarmos o mundo e a nós mesmos (como já foi dito por muitos cientistas, as partículas de um sol distante deram origem à vida e, portanto, temos um pouco de sol e do mundo inanimado em nossos corpos, e isso não é um sonho, mas descoberta científica realizada pela própria ciência cartesiana).

Defender a arte como participação significa, também, assumir que o mundo nunca está dado, mas é produzido por nossas projeções e construções mentais, em interação e recursividade com o meio externo. O mental e o carnal, o subjetivo e o objetivo, assim, misturam-se, e deixamos de viver na ilusão de um mundo dominado pelo valor de troca.

Quando tenta preservar seu caráter erudito, a arte se mantém no espectro da contemplação, da

passividade, da coisificação, pois ainda se coagula como mercadoria. A crítica de Debord (2000) à contemplação está vinculada à crítica às separações produzidas pela fetichização da mercadoria e a onipotência do trabalho abstrato, que coagularam e empobreceram a vida separando-a dela mesma e de seus processos criativos. Segundo ele: “A alienação do espectador em favor do objeto contemplado [...] se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (p. 24).

Assim, para o autor, em vez de traduzir a vida, a arte deve ampliá-la. E é este o sentido do termo “participação”: superar a abstração e a separação da atividade humana impostas pelo trabalho abstrato e alienado, que hoje se vê dominada e imbricada à dominação da imagem, numa sociedade onde o espetáculo substitui a vida.

Para Agamben (2007), é necessário profanar a relação que enviou para a esfera do sagrado aquilo que foi feito para o uso. O autor aponta que o capitalismo é uma religião, que empobrece a vida e que só pode ser transformado se trouxermos para a vida real aquilo que foi conduzido para o mundo do sagrado. A mercadoria é aquilo que foi transportado para o campo do sagrado e, com ela, todos os objetos artísticos que se transformaram em mercadorias expressam a verdadeira marca de nosso empobrecimento. Ou seja, o autor defende que “Se profanar significa restituir ao uso comum o que havia sido separado na esfera do sagrado, a religião capitalista, na sua

fase extrema, está voltada para a criação de algo absolutamente improfanável” (p. 64).

Vemos aqui uma articulação importante entre a perspectiva da profanação do sagrado e a participação como antídoto da contemplação passiva das imagens: e é nessa perspectiva que entendemos os projetos aqui apresentados, que também superam a separação da universidade dos grupos sociais aos quais ela deveria contribuir com sua emancipação.

Nesse sentido, tudo indica que só poderemos nos enriquecer novamente profanando esses objetos sagrados, apropriando-nos deles e ao mesmo tempo desconstruindo-os, no sentido de metamorfosearmos nossa relação com o mundo e, portanto, nossa relação conosco e com tudo aquilo que nos compõe. Desconstruir os mitos do sagrado significa construir o mundo num fazer artístico, para que entendamos um pouco mais do nosso tempo, circulando-o em nossas veias.

Do mesmo modo que a profanação do que é separado no campo do sagrado pode restabelecer o caráter sensível dos objetos e dos processos, só poderemos resgatar o sentido da atividade humana pela participação, mantendo uma postura crítica sobre os processos contemplativos que carecem de ação. Ou seja, interessa-nos aquelas ações que podem resgatar o sensível como produção de realidades. E isso possivelmente explica a potência dos encontros entre os grupos sociais e os diferentes atores na universidade destacados neste artigo.

Considerações Finais

A cada ano demonstrou-se que este evento – a Aula Aberta em Saúde Mental – é potente para garantir o espaço de articulação universidade e comunidade convidando os usuários de diferentes serviços a partilhar ideias e debater sobre os temas discutidos. Repetidas em diferentes datas, as aulas abertas passaram a ser um pretexto para o encontro, para as trocas, para a articulação entre projetos e também para a confirmação de que essa seria uma aposta importante para apresentar o conhecimento de diferentes modos e com diversos protagonistas, desvinculando da ideia de que somente a universidade produz o conhecimento e deve repassá-lo. Em oposição a isso, essas aulas abertas foram confirmando que o máximo da teoria é a prática e o máximo do conhecimento é a experiência (Basaglia, 1982).

A partir dessas experiências, os três autores articularam suas contribuições e seus desdobramentos com vistas à produção de melhor compreensão sobre esse modo de partilhar o conhecimento, avançar na produção de saúde nos territórios e nas coproduções com usuários e participantes de diferentes projetos em andamento na universidade. Assim, ao produzir um espaço de troca e convívio, em que ao mesmo tempo se organiza e prepara, discute e planeja, esses eventos abordam diferentes concepções sobre o cuidado em saúde, favorecendo a constituição de um trabalho no qual posições conflitantes e consensos podem ser discutidos, no sentido de enriquecer o olhar e a prática dos atores envolvidos.

Dessa forma, como demonstramos no desenrolar deste artigo, em nossa produção de conhecimentos sobre a relação entre saúde mental, arte e território, cada vez mais o que nos interessa é o entrelaçamento entre diversos saberes e discursos que abarquem a experiência e a tessitura da vida em suas relações com os processos de criação. Em síntese, pudemos avançar nas seguintes compreensões: 1. A arte pode ser disparadora de questões dirigidas ao sujeito que recuperem sua fragilidade, seu estranhamento e sua incompletude na direção de problematizações sobre o que cada um de nós tem se tornado na contemporaneidade (Agamben, 2009). 2. A arte é política enquanto interfere nos espaços de coexistência na cidade, produz novas visibilidades e dá voz a vidas marginalizadas (Rancière, 2010). 3. A arte é manifestação cultural que, inserida nos espaços de produção de saber, possibilita a formação de sujeitos mais abertos aos diversos modos de vida e, quiçá, mais sensíveis à convivência com o diferente e a diferença na cidade (Rancière, 2005; Melo, 2011). 4. A arte pode ser participação que convida o sujeito para profanar o sagrado (Agamben, 2007). 5. A arte pode ser artifício que rompe com espaços hierarquizados e jogos de poder que subjagam os sujeitos e definem quem tem o saber sobre o sofrimento psíquico (Basaglia, 1982). 6. A arte pode abrir espaço para ressignificar a dor e para a invenção de sentidos sobre a loucura (Melo, 2011).

Consideramos assim que, para além de uma aula aberta, produzimos também uma universidade aberta, que escancarou suas portas para que pessoas que não têm o costume de frequentar e tomar

contato com o ensino público e gratuito pudessem usufruir e participar desse espaço de produção de saberes. Geramos também um ambiente que potencializou a convivência entre sujeitos advindos de lugares muito distintos e que propiciou um momento de comensalidade, pois uma refeição leve coletiva foi compartilhada com todos os presentes.

Desse modo, visamos confirmar com este artigo a importância de expor estudantes, usuários dos CAPS e seus familiares, profissionais dos serviços, moradores de rua e professores universitários a manifestações artísticas e a produções culturais para que experiências sensíveis sejam compartilhadas entre os sujeitos nos ambientes de formação que hoje estão sendo oferecidos pelas universidades brasileiras – mais do que isso, que essas experiências possam se transformar em modos de intervenção na cidade e de transformação de territórios.

Referências

- Agamben, G. (2007). *Profanações* (S. J. Assmann, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (V. N. Honesko, Trad.). Chapecó (SC): Argos.
- Amarante, P., Freitas, F., Nabuco, E. S., & Pande, M. R. (2012). Da arteterapia nos serviços aos projetos culturais na cidade: a expansão dos projetos artístico-culturais da saúde mental no território. In P. Amarante & F. Nocam. *Saúde mental e arte: práticas, saberes e debates* (pp. 23-38). São Paulo: Zagodoni.

- Basaglia, F. (1982). *A Psiquiatria alternativa. Contra o pessimismo da razão, otimismo da prática*. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- Basaglia, F. (2005). *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica* (J. A. D. Melo, Trad.). P. Amarante (Org.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Debord, G. (2000). A sociedade do espetáculo. In G. Debord. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo* (pp. 13-141, E. S. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Duarte, V., Delfin, L., Tornatore, M., & Imbrizi, J. (2015). *Oficinas de teatro com pessoas em situação de rua e estudantes da Unifesp*. Projeto aprovado no V Edital de Apoio a Projetos Culturais Estudantis, Procultura Estudantil (PRAE I), Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Galvanese, A. T., Nascimento, A. F., & D'Oliveira, A. F. (2013). Arte, cultura e cuidado no Centro de Atenção Psicossocial. *Rev. Saúde Pública*, 47(2), 360-367.
- Goldenberg, M. (2013). *A bela velhice*. Rio de Janeiro: Record.
- Hack, L., Raniere, E., & Maraschin, C. (2013). Entrevistarte: experiência, arte e contemporaneidade. *Polis e Psique*, 3(2), 113-131.
- Imbrizi, J. M. (2014). *A arte como fato da cultura: a produção de tecnologias afirmativas, criativas e participativas no cuidado entre sujeitos*. Projeto de estágio apresentado à comissão do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo, *Campus Baixada Santista*, São Paulo, Brasil.
- Imbrizi, J. M. (2014). *Arte, cultura e sociedade: modos de entrelaçar produções culturais e artísticas que acontecem na universidade e nas cidades da Baixada Santista*. Projeto de extensão apresentado à câmara de extensão da Universidade Federal de São Paulo, *Campus Baixada Santista*, São Paulo, Brasil.
- Jameson, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (M. E. Cevasco Trad.). São Paulo: Ática.
- Kinoshita, R. T. (2001). Contratualidade e reabilitação psicossocial. In A. Pitta (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil* (pp. 55-59). São Paulo: Hucitec.
- Lancetti, A. (2015). *Contrafissura e plasticidade psíquica*. Col. Políticas do Desejo. São Paulo: Hucitec.
- Lima, E. A. (2012). Artes menores: criação de si e de mundos nas ações em saúde mental. In P. Amarante & F. Nocam. *Saúde mental e arte: práticas, saberes e debates* (pp. 39-52). São Paulo: Zagodoni.
- Melo, W. (2011). Da nau dos insensatos ao círculo antropológico: a obra de arte em História da Loucura de Michel Foucault. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 3(6), 65-88.
- Moreira, M. I. B. (2010). *Práticas desinstitucionalizantes no campo da saúde mental*. Projeto de estágio apresentado à comissão do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo, *Campus Baixada Santista*, São Paulo, Brasil.

- Moreira, M. I. B. (2014). *Trajetórias: protagonismo dos usuários no processo de ensino e aprendizagem em saúde mental*. Projeto de extensão apresentado à câmara de extensão da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, São Paulo, Brasil.
- Moreira, M. I. B. (2017). Protagonismo de usuários de serviços de saúde mental nas ações de pesquisa, extensão e ensino-aprendizagem em saúde. In B. E. B. Cabral, C. L. T. Barreto, M. J. Kovács & M. L. S. Schmidt. *Prática Psicológica em Instituições: clínica, saúde e educação* (pp. 167-182). Curitiba: Editora CRV.
- Moreira, M. I. B., Campos, F. C., & Kinker, F. S. (2016). Laboratório do conhecimento compartilhado: encontro produtor de experiência. In T. M. G. Veloso & M. C. Eulálio. *Saúde mental: saberes e fazeres* (pp. 103-116). Campina Grande: UEPB.
- Morin, E. (2002). *O método 4: as ideias, hábitat, vida, costumes, organização* (3a ed. J. M. Silva, Trad.). Porto Alegre: Sulina.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2009). *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010). Política da arte (M. S. C. Netto, Trad.). *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 1(15), 45-59.
- Rotelli, F. (1990). A instituição inventada (M. F. S. Nicácio, Trad.). In M. F. S. Nicácio (Org.). *Desinstitucionalização* (p. 89-100). São Paulo: Hucitec.
- Santos, B. S. (Org.). (2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2005). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (10a ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Universidade Federal de São Paulo. (2006). *A educação interprofissional na formação em saúde: a competência para o trabalho em equipe e para a integralidade no cuidado*. Projeto Político Pedagógico – Campus Baixada Santista, Santos.

Recebido em: 04/10/2017.

Aprovado em: 29/06/2018.